



PDR: 002/2024

Estado do Espírito Santo
CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA
“Trabalho, Transparência e Desenvolvimento”
“Deus seja Louvado”

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Projeto de Resolução: 002/2024.

Processo: 2763/2024.

Autoria: Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vila Velha e outros.

Assunto: “REGULAMENTA A LEI N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, QUE DISPÕE SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO DE VILA VELHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

I – RELATÓRIO

A tramitação desta matéria teve início em 13/05/2024, sendo encaminhada à Comissão de Justiça e Redação para análise e elaboração de parecer quanto aos seus aspectos Constitucionais e Redacionais.

O presente projeto de Lei visa regulamentar, no âmbito do Poder Legislativo do Município de Vila Velha (CMVV), a Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos. Insta que a nova Lei de Licitações foi criada para atualizar as normas relacionadas às compras públicas, incluindo nova modalidade de contratação, ampliação de prazos de contratos, exigência de seguro-garantia para grandes obras, planejamento, entre outros pontos.

Nesse sentido, a presente regulamentação, além de trazer segurança jurídica para a formalização dos processos de licitação, e de contratações diretas com base na nova lei de licitações e contratos administrativos, **é uma exigência disposta na própria lei.**

No tópico seguinte será trabalhando o caráter legal do presente projeto.





PDR: 002/2024

Estado do Espírito Santo
CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA
“Trabalho, Transparência e Desenvolvimento”
“Deus seja Louvado”

II - PARECER DO RELATOR

Inicialmente, ao ser feito uma análise sobre a legalidade e constitucionalidade de um projeto de resolução deve ser observado as regras e princípios da Constituição Federal, Estadual e a Lei Orgânica do Município. Dessa forma, iniciaremos a presente análise analisando-se o que diz a LOM.

Antes, para contribuir a presente análise André Ramos Tavares em sua obra “Curso de Direito Constitucional”, explica as tipologias das inconstitucionalidades, vejamos:

Basicamente, duas são as possíveis ocorrências da inconstitucionalidade. Numa primeira, há incongruência entre o conteúdo da lei e o conteúdo da Constituição. Numa segunda modalidade, há o desatendimento do modelo previsto para a elaboração da lei. Nesse caso, o conteúdo da lei não está em desacordo com o da Constituição: apenas seu procedimento de formação não obedeceu ao procedimento previsto na Constituição. A primeira ocorrência recebe a denominação de inconstitucionalidade material, substancial ou intrínseca. A segunda, por seu turno, é denominada inconstitucionalidade formal, ou extrínseca. A nomenclatura intrínseca/extrínseca, como se percebe, toma como critério a própria lei. Assim, se o conteúdo (aspecto intrínseco) não estiver de acordo com o conteúdo constitucional, há inconstitucionalidade material. Ao contrário, se o conteúdo estiver em coerência com o conteúdo constitucional, mas considerada a lei pela ótica de como se originou, observa-se que houve o desatendimento de condições constitucionais (que fazem parte, evidentemente, do conteúdo da Constituição), há uma inconstitucionalidade de cunho meramente formal, extrínseco ao conteúdo da lei. (Tavares, André Ramos Curso de direito constitucional / André Ramos Tavares. – 10. ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2012.)

Ademais, ao adentrar na análise das regras previstas na LOM é possível notar que a presente proposta não extrapola a capacidade legislativa da Mesa Diretora, não há o vício conhecido como vício de iniciativa (formal), a matéria aqui versada encontra respaldo legal no art. 26 da LOM, veja:

Art. 26 - *Compete exclusivamente à Mesa, dentre outras atribuições, com aprovação da maioria de seus membros. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 41/2010)*





PDR: 002/2024

Estado do Espírito Santo
CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA
“Trabalho, Transparência e Desenvolvimento”
“Deus seja Louvado”

I - propor projetos de Leis que criem, extingam, alterem cargos dos serviços da Câmara e fixem os respectivos vencimentos e vantagens, observadas as determinações legais; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 17/2001)

II - propor projetos de Resolução e de Lei dispondo, respectivamente, sobre a fixação ou atualização da remuneração dos Vereadores e do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 41/2010)

III - propor projetos de Decreto Legislativo dispondo sobre: (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 17/2001)

a) licença do Prefeito para afastamento do cargo; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 17/2001)

b) autorização ao Prefeito para ausentar-se do Município por mais de 15 (quinze) dias; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 17/2001)

c) Revogada; (Revogada pela Emenda à Lei Orgânica nº 41/2010)

d) julgamento das contas do Prefeito; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 17/2001)

e) criação de Comissões Especiais de Inquérito, na forma prevista no Regimento Interno; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 17/2001)

IV - apresentar projetos de Resolução dispondo sobre a abertura de créditos suplementares ou especiais, com recursos indicados pelo Executivo ou através de anulação parcial ou total da dotação da Câmara; (Redação acrescida pela Emenda à Lei Orgânica nº 17/2001)

V - elaborar ou expedir, mediante ato, a discriminação analítica das dotações orçamentárias da Câmara, bem como alterá-la, quando necessário, através da anulação total ou parcial de suas dotações orçamentárias; (Redação acrescida pela Emenda à Lei Orgânica nº 17/2001)

VI - Revogado; (Revogado pela Emenda à Lei Orgânica nº 37/2009)

VII - Revogado; (Revogado pela Emenda à Lei Orgânica nº 41/2010)

VIII - expedir normas ou medidas administrativas; (Redação acrescida pela Emenda à Lei Orgânica nº 17/2001)

IX - declarar a perda de mandato de Vereador, na forma prevista nesta Lei; (Redação acrescida pela Emenda à Lei Orgânica nº 17/2001)

X - apresentar projetos de Resolução dispondo sobre a abertura de créditos suplementares ou especiais com recursos provenientes de receitas oriundas de aplicações, pela Câmara, no mercado financeiro; (Redação acrescida pela Emenda à Lei Orgânica nº 17/2001)

XI - constituição e designação de membros de Comissões de Representação; (Redação acrescida pela Emenda à Lei Orgânica nº 17/2001)

XII - designação de servidores para participar de congressos, seminários, treinamentos ou de cursos promovidos por entidades públicas ou particulares; (Redação acrescida pela Emenda à Lei Orgânica nº 17/2001)

XIII - designação de membros de Comissões Especiais e Especiais de Inquérito; (Redação acrescida pela Emenda à Lei Orgânica nº 17/2001)

XIV - conceder licença aos Vereadores nos casos previstos no artigo 18, incisos II, III e IV; (Redação acrescida pela Emenda à Lei Orgânica nº 17/2001)

XV - propor ação de inconstitucionalidade. (Redação acrescida pela Emenda à Lei Orgânica nº 17/2001)





PDR: 002/2024

Estado do Espírito Santo
CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA
“Trabalho, Transparência e Desenvolvimento”
“Deus seja Louvado”

Logo, na esfera da análise municipal não nenhum óbice legal, estando o presente projeto de lei dentro da competência legislativa da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vila Velha, respeitando também os demais comandos legais da Lei Orgânica do município.

Superada a análise no plano municipal é necessário analisar-se os ditames da Constituição tanto a Estadual como a Federal.

Nessa linha de raciocínio, a constitucionalidade da presente matéria encontra respaldo na própria Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, como mencionado anteriormente o próprio codex prevê a obrigação de Estados e Municípios a se adequarem aos ditames da lei, sendo feito pelo procedimento correto como já demonstrado.

Portanto, o presente projeto de lei não possui qualquer obstáculo jurídico que o impeça de prosseguir com seu trâmite, como também, não há qualquer vício quanto a sua forma ou matéria, estando dentro dos ditames de nossa Constituição Estadual e Federal, como também, respeitando as regras infraconstitucionais.

III - PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

A **Comissão de Justiça e Redação** entende ser Projeto de Resolução nº 002/2024, *legal e constitucional*, sendo, portanto, favorável ao seu prosseguimento regimental interno.

Vila Velha/ES, 29 de maio de 2024.

RENZO MENDES
Presidente/Relator

OSVALDO MATURANO
Membro

ROMULO LACERDA
Membro



Autenticar documento em <https://vilavelha.splonline.com.br/autenticidade>
com o identificador 310035003100370037003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://vilavelha.splonline.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 310035003100370037003A00540052004100

Assinado eletronicamente por VEREADOR ROMULO LACERDA em 29/05/2024 13:43
Checksum: **CAFCDDB422098FDCE031810E5527A1DF30D71C83040D8D4D5FF88AE5F1437AF27**

Assinado eletronicamente por VEREADOR OSVALDO MATURANO em 29/05/2024 14:29
Checksum: **5F7B3B4415382229B0F25F5E2FE30DA82681B78918EFAB1B325602D6CD65EA17**

Assinado eletronicamente por VEREADOR RENZO MENDES em 02/06/2024 21:56
Checksum: **0FE412B3488D5E87BB663D6E126BD79353350E9A4ADEF27EB297FE38E5E9E96B**

